

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias condensadas em
30 de setembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas

**Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Gas Brasileiro Distribuidora S.A.
Araraquara – SP**

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, da Gas Brasileiro Distribuidora S.A. ("Companhia") em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial condensado em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2021, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas números 14 e 18. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 19 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em milhares de Reais

Ativo	30/09/2021	31/12/2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	972	501	Fornecedores	14	74.861	31.918
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	234.675	172.631	Impostos e contribuições a recolher	15	18.272	9.439
Estoques	3.058	2.208	Imposto de renda e contribuição social recolher	9.d	3.560	3.846
Tributos a recuperar	3.173	3.034	Passivo regulatório	8.b	14.640	6.116
Ativo fiscal	-	2.945	Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar		5.680	4.662
Despesas antecipadas	409	713	Arrendamento a pagar	12	898	1.379
Ativo Regulatório	36.369	28.459	Outras contas a pagar		945	1.481
Total ativo circulante	278.656	210.491	Total do passivo circulante		118.856	58.841
Não circulante			Não circulante			
Realizável a longo prazo			Provisão para contingências	16	14.821	14.811
Tributos a recuperar	12.312	11.064	Arrendamento a pagar	12	735	1.012
Bens a serem indenizáveis	79.310	70.280	Total do passivo não circulante		15.556	15.823
Imposto de renda e contribuição social diferidos	53.023	52.658				
Depósitos judiciais	1.687	1.618	Total do passivo		134.412	74.664
Despesas antecipadas	170	203				
Total do realizável ao longo prazo	146.502	135.823				
Imobilizado	528	985	Patrimônio líquido	17		
Direito de uso	1.405	2.074	Capital social		462.481	462.481
Intangível	248.688	254.855	Reservas de lucros		78.886	67.083
Total do ativo não circulante	397.123	393.737	Total do patrimônio líquido		541.367	529.564
Total do ativo	675.779	604.228	Total do passivo e patrimônio líquido		675.779	604.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Nota	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2020 à 30/09/2020
Receita líquida					
Receita pela venda de gás	19	219.050	497.141	111.781	316.044
Receita de construção de infraestrutura	19	<u>8.947</u>	<u>17.120</u>	<u>4.568</u>	<u>11.464</u>
		<u>227.997</u>	<u>514.261</u>	<u>116.349</u>	<u>327.508</u>
Custo das vendas de gás	20a.	(178.318)	(388.058)	(87.865)	(252.886)
Custo de construção de infraestrutura	20a.	<u>(8.947)</u>	<u>(17.120)</u>	<u>(4.568)</u>	<u>(11.464)</u>
		<u>(187.265)</u>	<u>(405.178)</u>	<u>(92.433)</u>	<u>(264.350)</u>
Lucro bruto		<u>40.732</u>	<u>109.083</u>	<u>23.916</u>	<u>63.158</u>
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	20a.	(4.525)	(9.467)	(2.338)	(7.597)
Despesas administrativas	20a.	(6.570)	(18.518)	(6.279)	(18.934)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20b.	<u>281</u>	<u>1.148</u>	<u>-</u>	<u>32.706</u>
		<u>(10.814)</u>	<u>(26.837)</u>	<u>(8.617)</u>	<u>6.175</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>29.918</u>	<u>82.246</u>	<u>15.299</u>	<u>69.333</u>
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	21	(165)	(694)	(130)	(631)
Receitas financeiras	21	4.215	10.735	3.159	13.433
Variações monetárias e cambiais, líquidas	21	<u>13</u>	<u>(349)</u>	<u>(124)</u>	<u>(540)</u>
		<u>4.063</u>	<u>9.692</u>	<u>2.905</u>	<u>12.262</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		33.981	91.938	18.205	81.595
Imposto de renda e contribuição social	9c.	<u>(11.613)</u>	<u>(31.067)</u>	<u>(6.252)</u>	<u>(27.450)</u>
Lucro líquido do período		<u>22.368</u>	<u>60.871</u>	<u>11.953</u>	<u>54.145</u>
Lucro básico e diluído por ação - em reais		0,05	0,13	0,03	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2020 à 30/09/2020
Lucro líquido do período	<u>22.368</u>	<u>60.871</u>	<u>11.953</u>	<u>54.145</u>
Resultado abrangente total	<u><u>22.368</u></u>	<u><u>60.871</u></u>	<u><u>11.953</u></u>	<u><u>54.145</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>		<u>Lucro no período</u>	<u>Total</u>
		<u>Reserva legal</u>	<u>Dividendos adicionais propostos</u>		
Em 01 de janeiro de 2020	462.481	14.380	23.737	-	500.598
Distribuição de dividendos exercício anterior	-	-	(23.737)	-	(23.737)
Lucro líquido do período	-	-	-	54.145	54.145
Em 30 de setembro de 2020	<u>462.481</u>	<u>14.380</u>	<u>-</u>	<u>54.145</u>	<u>531.006</u>
Em 01 de janeiro de 2021	462.481	18.015	49.068	-	529.564
Distribuição de dividendos exercício anterior	-	-	(49.068)	-	(49.068)
Lucro líquido do período	-	-	-	60.871	60.871
Em 30 de setembro de 2021	<u>462.481</u>	<u>18.015</u>	<u>-</u>	<u>60.871</u>	<u>541.367</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Nota	30/09/2021	30/09/2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		60.871	54.144
Ajustes para conciliar o resultado com recursos gerados nas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	11 e 13	20.967	20.136
Amortização do direito de uso	12	1.141	1.407
Remuneração sobre os bens da concessão indenizáveis	10	(6.286)	(5.688)
(Reversão) constituição da provisão para contingências	16	-	(52)
(Reversão) constituição da provisão para perdas estimadas com créditos	5(d)	(564)	(285)
Perdas de créditos		1.856	230
Valor residual do ativo intangível baixado		34	37
Atualização monetária passiva	21	383	540
Remensuração líquida do direito de uso	12	16	(94)
Realização do ajuste a valor presente dos arrendamentos a pagar	12	187	162
Resultado nos recebíveis de ativos financeiros	5 (b)	(3.136)	(2.847)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9 (c)	31.431	15.974
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 (c)	(364)	11.476
Ativo e passivo Regulatório		1.136	(23.308)
Atualização do Ativo Regulatório	8 (a)	(522)	(4.145)
		107.150	67.687
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber		(60.320)	6.838
Estoques		(849)	388
Impostos a recuperar		928	(1.724)
Outros créditos		336	(215)
Depósitos judiciais		(70)	(179)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		41.139	(11.370)
Salários e encargos sociais		1.019	840
Impostos e contribuições a recolher		5.074	1.711
Outras contas a pagar		(308)	140
		94.099	64.116
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Juros pagos - Atualização de dividendos		(383)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(27.242)	(12.085)
		66.474	52.031
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do intangível	25	(15.316)	(8.669)
Aplicação em recebíveis de ativos financeiros	5 (b)	(374.412)	(309.339)
Resgate em recebíveis de ativos financeiros	5 (b)	374.531	267.989
		(15.197)	(50.019)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(49.154)	-
Pagamento de arrendamento	12	(1.432)	(1.626)
Pagamento de financiamentos		(219)	(193)
		(50.805)	(1.819)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento			
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		472	193
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	501	2.583
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	973	2.776
		472	193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Receitas		
Receita de venda de gás	647.131	410.029
Receita de construção	17.120	11.464
Reversão da provisão para perdas estimadas com créditos	(1.292)	55
Outras receitas	1.193	32.733
	<u>664.152</u>	<u>454.281</u>
Custos e despesas		
Custo do gás	(452.236)	(276.399)
Custo de construção	(17.120)	(11.464)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas	(18.066)	(18.216)
	<u>(487.422)</u>	<u>(306.079)</u>
Valor adicionado bruto	<u>176.730</u>	<u>148.202</u>
Depreciação e amortização	(22.108)	(21.543)
Valor adicionado líquido produzido	<u>154.622</u>	<u>126.659</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	10.735	13.433
Valor adicionado total a distribuir	<u>165.357</u>	<u>140.092</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Salários e participações	13.867	13.204
Benefícios	1.859	1.729
FGTS	684	725
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	43.315	39.523
Estaduais	43.214	29.274
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	694	631
Aluguéis	852	862
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos	60.872	54.144
	<u>165.357</u>	<u>140.092</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (a seguir designada como "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede social em Araraquara, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada, pela Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, que detém 100% do seu capital social.

A Companhia tem por objetivo preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, abrangendo 375 municípios, para atendimento aos segmentos industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termogeração e cogeração, compreendendo também a realização de negócios relacionados ao seu objeto social.

O Contrato de Concessão outorga e regula a exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo e foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a Companhia, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de sua assinatura, com vencimento previsto para 9 de dezembro de 2029, podendo ser prorrogado por uma única vez por mais 20 anos, mediante requerimento da Companhia.

A ARSESP fiscaliza e regula os serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo.

O respectivo contrato de concessão também determina que as tarifas praticadas pela Companhia devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de dezembro, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Extraordinariamente, a ARSESP permite reajustar a tarifa com base no custo de gás em período inferior a um ano, desde que determinados critérios sejam atingidos, em função da diferença entre o custo de gás contido na tarifa e aquele pago pela Companhia ao seu fornecedor (Deliberação ARSESP 308/2012). Ademais, quinquenalmente, através do processo de Revisão Tarifária, as margens tarifárias são realinhadas ao requerimento de ingressos, autorizados pelo Regulador, em função de projeções de custos e volumes para o quinquênio próximo. Ao final do prazo da concessão, operar-se-á a reversão ao poder concedente dos bens e instalações vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

1.1 Impactos da pandemia do COVID - 19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia.

a. Medidas adotadas pela Companhia

Com a publicação dos decretos federais, estaduais e municipais, de isolamento social a Companhia procurou atender a todas as orientações adotadas para o seguimento, tanto as vindas do Ministério da Saúde (MS) como as do Ministério do Trabalho.

A Companhia adotou o teletrabalho para 100% da força de trabalho administrativa até o dia 24 de setembro de 2021. Com a melhora no cenário de pandemia, o trabalho presencial foi retomado, com a adoção de medidas de distanciamento social, higienização de ambientes e o uso obrigatório de máscaras.

b. Riscos de liquidez e de Mercado

A atividade de distribuição de gás natural é uma atividade essencial, assim, a Companhia continua fornecendo aos seus usuários de forma ininterrupta o gás natural.

No terceiro trimestre de 2021 houve um aumento no volume de gás natural distribuído, em torno de 34,6%, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. A inadimplência apresentada no contas a receber de clientes está sendo monitorada e não apresenta variações relevantes quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, a Companhia também mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras e não prevê necessidade de recursos.

A Companhia entende que ainda não há motivos que possam impactar com a continuidade dos negócios durante o período de pandemia.

A Companhia não possui empréstimos relevantes.

c. Acompanhamento das estimativas contábeis subsequentemente a data da emissão desse relatório

A Companhia considerou em suas revisões de estimativas, potenciais aumentos de perdas com recebíveis e não identificou a necessidade de reforço de provisões além daquelas já reconhecidas em 30 de setembro de 2021.

d. Risco de perdas de redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia não identificou indícios ou mudanças significativas nos cenários econômicos que pudessem indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

e. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em relação à realização de créditos de impostos diferidos, a Companhia não espera nenhum impacto, considerando suas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros e revisadas em decorrência da pandemia.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram utilizadas as mesmas políticas contábeis e base de preparação adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e devem ser lidas em conjunto. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas com comparação a 31 de dezembro de 2020 não foram apresentadas integralmente nestas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas foi autorizada pelos diretores da Companhia em 16 de novembro de 2021.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco da taxa de juros
- Risco de mercado

a. *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

A Companhia estabelece uma provisão para perdas de crédito esperadas que representa sua estimativa de perdas a serem incorridas com relação às contas a receber de clientes. A Companhia entende que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Risco de liquidez				
	Valor	Até	1 - 2	3 - 5
30/09/2021	contábil	12 meses	anos	anos
Fornecedores	74.861	74.861	-	-
Arrendamentos a pagar	1.633	898	735	-
Outras contas a pagar	944	944	-	-
	<u>77.438</u>	<u>76.703</u>	<u>735</u>	<u>-</u>
31/12/2020	Valor	Até	1 - 2	3 - 5
	contábil	12 meses	anos	anos
Fornecedores	31.918	31.918	-	-
Arrendamentos a pagar	2.391	1.379	1.012	-
Outras contas a pagar	1.481	1.481	-	-
	<u>35.790</u>	<u>34.778</u>	<u>1.012</u>	<u>-</u>

c. Risco da taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:

Instrumentos	30/09/2021	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor (*)	%	Valor (*)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	116.575	CDI	6,15	7,69	<u>1.796</u>	9,23	<u>3.591</u>
					<u>1.796</u>		<u>3.591</u>

Instrumentos	30/09/2021	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor (*)	%	Valor (*)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	116.575	CDI	6,15	4,61	(1.796)	3,08	(3.591)
					<u>(1.796)</u>		<u>(3.591)</u>

(*) Trata-se do efeito líquido no resultado da variação da taxa provável x cenários.

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros possam vir a impactar nos negócios da Companhia. A Companhia tem atuação em 100% no mercado nacional, no entanto, as compras de gás natural sofrem alterações no preço de acordo com a variação cambial do dólar, essa variação da moeda estrangeira é absorvida pelo custo do gás a recuperar (ativo/passivo regulatório), os quais são repassados aos clientes conforme regulação.

3.2 Gestão do capital

A política da Companhia privilegia uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credores e do mercado, acumulando caixa e equivalentes de caixa suficientes para a liquidação de suas obrigações de curto prazo.

3.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros não derivativos da Companhia em 30 de setembro de 2021, registrados nos ativos e passivos, classificados como custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros, respectivamente, estão apresentados no quadro a seguir:

	30/09/2021	31/12/2020
Ativos		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	972	501
Contas a receber de clientes (Nota 5)	118.100	59.073
Bens a serem indenizáveis (Nota 10)	79.310	70.280
Depósitos judiciais	1.687	1.618
Valor justo por meio do resultado		
Recebíveis de ativos financeiros (Nota 5)	116.575	113.558
Passivos		
Custo amortizado		
Outras contas a pagar	944	1.481
Arrendamentos a pagar (Nota 12)	1.633	2.391
Fornecedores (Nota 14)	74.861	31.918

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	972	501
	972	501
	972	501

Refere-se substancialmente a saldo de conta-corrente em instituições financeiras.

5 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

a. Composição

	30/09/2021	31/12/2020
Contas a receber	125.416	66.953
Provisão para perdas de crédito esperadas	(7.316)	(7.880)
	118.100	59.073
Recebíveis de ativos financeiros (*)	116.575	113.558
	234.675	172.631
	234.675	172.631

(*) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "valor justo por meio de resultado", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

b. Movimentação dos recebíveis de ativos financeiros

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo líquido no início do exercício	113.558	93.202
Aplicações	374.412	379.633
Resgates	(373.850)	(362.015)
Rendimento sobre aplicação financeira	3.136	3.519
IRRF - Imposto sobre a renda retido na fonte	(629)	(808)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(52)	27
	116.575	113.558
	116.575	113.558

c. Aging-list

	30/09/2021	31/12/2020
A vencer	115.787	57.045
Vencidos até 60 dias	1.602	708
Vencidos de 61 até 180 dias	186	229
Vencidos de 181 até 360 dias	642	42
Vencidos há mais de 360 dias	7.199	8.929
	125.416	66.953
	125.416	66.953

d. Movimentação das perdas esperadas com créditos

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(7.880)	(8.621)
Adições	(1.620)	(70)
Baixas por recebimento de clientes	511	811
Baixa por perda	1.673	
Saldo no final do período/exercício	(7.316)	(7.880)

A provisão para perdas de créditos esperadas é constituída tendo como base a incerteza da capacidade de recebimento total dos valores registrados no contas a receber.

6 Tributos a recuperar

	30/09/2021	31/12/2020
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	2.799	2.616
Programa de Integração Social (PIS)	67	75
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	307	343
	3.173	3.034
Não circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.187	990
Programa de Integração Social (PIS)	1.985	1.797
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	9.140	8.277
	12.312	11.064
	15.485	14.098
Circulante	3.173	3.034
Não circulante	12.312	11.064

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui valores de créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no montante de R\$ 3.986 (R\$ 3.606 em 31 de dezembro de 2020), gerados por compras do ativo para a construção da rede de distribuição de gás. Esses créditos estão sendo recuperados em observância à legislação vigente. A Companhia estima que a parcela de créditos classificados no não circulante seja recuperada em até 48 meses, sem ocorrência de perdas.

A Companhia também possui em 30 de setembro de 2021, valores de créditos do Programa de Integração Social (PIS) no montante de R\$ 2.052 (R\$ 1.872 em 31 de dezembro de 2020), bem como da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) no montante de R\$ 9.447 (R\$ 8.620 em 31 de dezembro de 2020), gerados por compras do ativo para a construção da rede de distribuição de gás. Esses créditos estão sendo recuperados em observância à legislação vigente.

7 Ativo fiscal

	30/09/2021	31/12/2020
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - Antecipações	-	2.945
	-	2.945

8 Ativos e passivos regulatórios

O ativo/ passivo regulatório é composto pelas contas gráficas as quais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas deliberações emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

A tarifa paga pelos usuários do serviço de gás canalizado é composta por: margem de distribuição, custo do gás e impostos.

A Deliberação ARSESP nº 1010 de 10 de junho de 2020, definiu que eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão.

Com a publicação da deliberação nº 1010, a Companhia avalia que não há mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconheceu contabilmente a partir de junho de 2020 os ativos e passivos financeiros regulatórios em suas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

a. Ativo regulatório

No período findo em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou o saldo de ativo regulatório, conforme demonstrado a seguir:.

A movimentação do ativo regulatório para o período findo em 30 de setembro de 2021 foi a seguinte:

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo em inicial	28.459	35.922
Custo de gás	7.388	(8.368)
Atualização	522	905
Saldo no final do período/exercício	36.369	28.459

b. Passivo regulatório

A Companhia ingressou, em junho/2020, com ação declaratória que tramita perante a 1ª Vara Federal de Araraquara - SP, tendo requerido, a título de tutela de evidência (liminar) autorização para a imediata exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Com base na liminar obtida a Companhia passou, a partir de junho/2020, a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS quando da apuração destes tributos, contudo, como a tarifa

praticada na venda do gás é regulada a Companhia está contabilizando estes montantes no passivo e aguardando o posicionamento do Órgão Regulador para tratar este efeito também na tarifa.

	30/09/2021	31/12/2020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	12.041	5.030
Programa de Integração Social (PIS)	2.599	1.086
Saldo no final do período/exercício	14.640	6.116

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui saldos de diferenças temporárias, no montante de R\$ 155.949 (R\$ 154.877 em 31 de dezembro de 2020), entre o lucro contábil e o lucro tributável, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os créditos diferidos em função da redução ao valor contábil dos direitos de concessão, segundo regras tributárias, serão compensados pelo prazo do contrato de concessão.

O efeito decorrente das diferenças temporárias está detalhado a seguir:

	30/09/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias ativas líquidas:		
Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	28.108	30.664
Efeito do AVP do Ativo Intangível e do Ativo Financeiro	13.959	13.505
Provisão para perda de créditos esperadas	2.488	2.679
Provisão para contingências	5.039	5.036
Passivo regulatório	2.666	-
Outros	763	774
	53.023	52.658
Ativo fiscal diferido (reconhecido contabilmente)	(53.023)	(52.658)

A movimentação do ativo diferido em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020 é composta conforme segue:

	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2020 à 30/09/2020
Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	(852)	(2.555)	(852)	(2.555)
Efeito do AVP do Ativo Intangível e do Ativo Financeiro	190	454	179	547
Provisão para perda de créditos esperadas	501	(191)	(58)	(97)
Provisão para contingências	-	(6)	(28)	(37)
Contas gráficas (regulatório)	1.226	2.666	2.843	(9.333)
Outros	(3)	(3)	-	(1)
Total	1.062	365	2.084	(11.476)

b. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções de lucros.

Em 30 de setembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

Ano de recuperação	
2021	8.317
2022	7.310
2023	4.929
2024	4.929
2025	4.929
Acima de 5 anos	22.609
	53.023

c. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2020 à 30/09/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33.981	91.938	18.205	81.595
Alíquota combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(11.554)	(31.259)	(6.190)	(27.742)
Outras diferenças	(59)	192	(61)	292
	(11.613)	(31.067)	(6.251)	(27.450)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício				
Corrente	(12.675)	(31.431)	(8.336)	(15.974)
Diferido	1.062	364	2.084	(11.476)
	(11.613)	(31.067)	(6.252)	(27.450)
Alíquota efetiva	34%	34%	34%	34%

d. Imposto de renda e contribuição social (passivo)

Passivo	30/09/2021	31/12/2020
Imposto de renda	(2.587)	(2.773)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(973)	(1.073)
	<u>(3.560)</u>	<u>(3.846)</u>

10 Bens a serem indenizáveis

	30/09/2021	31/12/2020
Servidão de passagem	12.569	11.203
Terrenos	686	618
Redes	59.022	52.712
Edificações	1.840	1.676
Estações	1.565	1.338
Outros	3.628	2.733
	<u>79.310</u>	<u>70.280</u>

Referem-se a ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato de concessão, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Estes ativos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a taxa de 10,05% e 9,11% ao ano. Estas taxas tem como base as Notas Técnicas do órgão regulador (ARSESP), que objetiva apresentar a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) a ser aplicado no cálculo das tarifas. Considerando que a expansão, operação e manutenção das redes se financiam com capitais próprios, a Administração entende como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como fator de desconto para os bens a serem indenizados ao final do Contrato de Concessão.

Abaixo apresentamos a movimentação dos bens da concessão indenizáveis:

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo líquido no início do exercício	70.280	52.063
Adições - Transferência do ativo intangível (bifurcação) - Nota 13	2.780	10.491
Transferência para imobilizado	(15)	-
Baixas	(21)	(9)
Remuneração sobre bens da concessão a serem indenizados (AVP) - Nota 21	6.286	7.735
Saldo líquido no final do período/exercício	<u>79.310</u>	<u>70.280</u>

11 Imobilizado

	Urbanização e benfeitorias	Equipamentos de informática	Total
Saldo em 1º janeiro de 2020	1.260	317	1.577
(+) Transferências para o intangível	-	(663)	(663)
Depreciação	(383)	454	71
Saldo em 31 de dezembro de 2020	877	108	985
Custo total	3.860	841	4.701
Depreciação acumulada	(2.983)	(733)	(3.716)
Valor Residual	877	108	985
Transferências	15	-	15
Depreciação	(364)	(108)	(472)
Saldo em 30 de setembro de 2021	528	(0)	528
Custo total	3.875	841	4.716
Depreciação acumulada	(3.347)	(841)	(4.188)
Valor Residual	528	(0)	528
Taxa de depreciação	5%	20%	

12 Direito de uso e Arrendamento a pagar

	30/09/2021	31/12/2020	
Passivo Arrendamento			
Imóvel	384	1.044	
Veículos	1.249	1.347	
Total	1.633	2.391	
Passivo circulante	898	1.379	
Passivo não circulante	735	1.012	
Passivo arrendamento			
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.050	961	3.011
Adições	-	1.380	1.380
AVP – Ajuste a valor presente	123	97	220
Pagamentos	(1.144)	(1.022)	(2.166)
Remensuração	15	(69)	(54)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.044	1.347	2.391

Passivo arrendamento

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.044	1.347	2.391
Adições	-	-	-
AVP – Ajuste a valor presente	169	18	187
Pagamentos	(1.042)	(390)	(1.432)
Remensuração	213	274	487
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u><u>384</u></u>	<u><u>1.249</u></u>	<u><u>1.633</u></u>

Ativo direito de uso

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.603	1.084	2.688
Adições	-	1.380	1.380
(-) Amortização	(918)	(93)	(1.911)
Remensuração	247	(330)	(83)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>932</u></u>	<u><u>1.141</u></u>	<u><u>2.074</u></u>

Ativo direito de uso

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	932	1.141	2.074
Adições	-	-	-
(-) Amortização	(839)	(302)	(1.141)
Remensuração	220	252	472
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u><u>313</u></u>	<u><u>1.091</u></u>	<u><u>1.405</u></u>

13 Intangível

	<u>Redes</u>	<u>Software</u>	<u>Fibra ótica</u>	<u>Conjunto de regulagem e medição</u>	<u>Estações</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Contrato de concessão</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020	232.291	1.813	3.526	11.832	9.467	834	1.607	13.246	274.616
Aquisições	11.155	311	182	1.337	66	2	-	4.133	17.186
(-) Transferência para bens da concessão indenizáveis	(8.910)	-	-	(680)	(16)	(2)	-	(883)	(10.491)
(-) Transferência para o imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	663	663
(-) Baixas	(15)	-	-	(243)	-	-	-	(34)	(292)
(-) Amortização	(13.070)	(712)	(355)	(964)	(533)	-	(161)	(1.408)	(17.203)
(-) Amortização da contrapartida dos bens da concessão indenizáveis	(9.078)	-	(30)	(214)	(412)	(83)	-	-	(9.817)
(-) Baixas da amortização	4	-	-	189	-	-	-	-	193
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>212.377</u>	<u>1.412</u>	<u>3.323</u>	<u>11.257</u>	<u>8.572</u>	<u>751</u>	<u>1.446</u>	<u>15.717</u>	<u>254.855</u>
Total do custo	350.690	13.506	7.783	19.396	14.770	834	8.345	26.746	442.070
Amortização acumulada	(138.313)	(12.094)	(4.460)	(8.139)	(6.198)	(83)	(6.899)	(11.029)	(187.215)
Valor residual	<u>212.377</u>	<u>1.412</u>	<u>3.323</u>	<u>11.257</u>	<u>8.572</u>	<u>751</u>	<u>1.446</u>	<u>15.717</u>	<u>254.855</u>
Aquisições	8.467	135	224	1.806	295	11	-	6.182	17.120
(-) Transferência para bens da concessão indenizáveis	(1.874)	-	(90)	(422)	132	4	-	(530)	(2.780)
(-) Amortização da contrapartida dos bens da concessão indenizáveis	(6.998)	-	(32)	(204)	(323)	(63)	-	(3)	(7.623)
(-) Baixas	(13)	-	-	-	-	-	-	-	(13)
(-) Amortização	(10.127)	(374)	(277)	(918)	(458)	-	(121)	(596)	(12.871)
Saldos em 30 de setembro de 2021	<u>201.832</u>	<u>1.173</u>	<u>3.148</u>	<u>11.519</u>	<u>8.218</u>	<u>703</u>	<u>1.325</u>	<u>20.770</u>	<u>248.688</u>
Total do custo	348.193	13.641	7.887	20.567	14.784	766	8.345	32.397	446.580
Amortização acumulada	(146.361)	(12.468)	(4.739)	(9.048)	(6.566)	(63)	(7.020)	(11.627)	(197.892)
Valor residual	<u>201.832</u>	<u>1.173</u>	<u>3.148</u>	<u>11.519</u>	<u>8.218</u>	<u>703</u>	<u>1.325</u>	<u>20.770</u>	<u>248.688</u>

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia não identificou indícios ou mudanças significativas nos cenários econômicos, operacionais ou tecnológicos que pudessem indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, os efeitos foram devidamente refletidos nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas de acordo com o julgamento da administração. A rubrica “Outros” refere-se, substancialmente, a equipamentos para investimento na rede de distribuição.

14 Fornecedores

Refere-se basicamente ao contrato firmado pela aquisição de gás natural, empreiteiras e fornecedores de tubulações, destinados à construção de gasodutos e está composto como segue:

	30/09/2021	31/12/2020
Partes relacionadas		
PETROBRAS - fornecimento de gás	66.144	27.375
Terceiros		
Materiais e serviços	8.267	4.081
Outros	450	462
	<u>74.861</u>	<u>31.918</u>

A Companhia tem celebrado com a PETROBRAS, o Contrato Firme Inflexível de Compra e Venda de Gás Natural, com vigência até dezembro/2023.

15 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2021	31/12/2020
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços (ICMS)	15.529	7.800
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.967	1.133
Programa de Integração Social (PIS)	425	236
INSS retido na fonte a recolher	137	73
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	99	127
Imposto sobre serviços (ISS)	69	28
Retenções de PIS, COFINS e CSLL	38	31
Outros impostos e contribuições retidos a recolher	8	11
	<u>18.272</u>	<u>9.439</u>

16 Provisão para contingências

a. Depósitos judiciais e provisões passivas

Nas datas das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contingência ARSESP - 3º Aditivo	-	-	7.003	7.003
Contingência ARSESP - COG	-	-	7.808	7.808
Processos de desapropriação	1.397	1.341	-	-
Outros	290	277	10	-
	<u>1.687</u>	<u>1.618</u>	<u>14.821</u>	<u>14.811</u>

A movimentação da provisão em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é composta conforme segue:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	14.811	16.335
Adições de novos processos	10	-
Reversões	-	(1.524)
Saldo no final do período/exercício	<u>14.821</u>	<u>14.811</u>

Adicionalmente, a Companhia está se defendendo de ações de natureza fiscal, cível e trabalhista, classificados pela administração como de riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão de perdas.

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fiscal	1.612	1.612
Cível	42	41
Trabalhistas	90	90
	<u>1.744</u>	<u>1.743</u>

b. Contingências ativa

I. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu em decisão publicada em outubro/2017, que o ICMS não integra a base de cálculo de PIS e COFINS. Esta, decisão, a princípio, não é passível de ser alterada. No entanto, a União opôs embargos de declaração no mesmo mês, buscando, além da alteração do conteúdo decisório, modular os efeitos da decisão e definir qual o ICMS a ser retirado da base de cálculo do PIS e da COFINS - se o destacado na nota ou o a recolher.

Apesar da indefinição sobre a forma de apuração do crédito, em junho de 2020 a Companhia obteve decisão favorável em ação declaratória que requeria, a título de tutela (liminar), autorização para a imediata exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, viabilizando o ingresso em juízo com ação de repetição de indébito abrangendo o período passado, adstrito ao prazo prescricional.

Em 14 de maio de 2021, foi publicado o extrato da ata do julgamento do STF sobre os embargos de declaração opostos pela União Federal e restou claro que o critério a ser utilizado para fins de apuração do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal.

A partir dessa decisão, apesar das considerações sobre o reconhecimento do ativo relativo à diferença entre os critérios, a Companhia está avaliando os impactos correlatos decorrentes deste registro no âmbito das providências administrativas, comerciais, regulatórias e dos eventuais aspectos tributários atinentes a estas variáveis. Portanto, esta indefinição não permitiu, ainda, apurar de forma efetiva os reflexos contábeis no resultado do exercício e na posição patrimonial e financeira da Companhia.

II. 3ª Revisão Tarifária Ordinária

O processamento da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da Companhia era previsto contratualmente para ter ocorrido até dezembro de 2014, porém, permaneceu inconcluso até dezembro de 2020 em função de diversos questionamentos havidos ao longo de sua implementação.

Em 08 de dezembro de 2020, a ARSESP, através da Deliberação nº 1.082, deliberou pela aprovação do resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da GasBrasiliانو, estabelecendo, para fins de compensação não tarifária à Companhia, o valor de R\$ 33.660, em moeda de novembro de 2019. O montante ora apontado se refere a diferença entre a receita teto auferida e a receita requerida do 4º ciclo tarifário, calculada conforme parâmetros regulatórios estabelecidos pela ARSESP.

Conforme estabelecido pela nota técnica NT.F-0068-2020, emitida pela ARSESP, a Companhia faz jus a recuperação desse valor corrigido monetariamente pelo IGP-M e capitalizado pela taxa Selic até a data de sua compensação, que deverá ser definida futuramente. O valor indicado na deliberação não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras intermediárias condensadas por ter sua realização condicionada a manifestação do órgão regulador estadual, não se qualificando, portanto, como um ativo a ser reconhecido.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 462.481.205 ações ordinárias nominativas, no montante de R\$ 462.481, sendo 100% pertencentes à Petrobras Gás S.A. - Gaspetro.

b. Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excede 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme estatuto social da Companhia é assegurado aos Acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, o qual considera juros sobre capital próprio em sua composição.

18 Partes relacionadas

a. Transações entre partes relacionadas

A movimentação de transações com partes relacionadas nos períodos estão demonstradas a seguir:

	30/09/2021	30/09/2020
Compra de gás		
Petroleo Brasileiro S.A. (i)	407.722	274.944
Reembolso de pessoal		
Petroleo Brasileiro S.A. (ii)	426	819
Petrobras S.A. - Gaspetro (ii)	630	742
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (ii)	694	909

As transações são efetuadas com base em termos e condições comerciais normais ao mercado.

- (i) Conforme mencionado na Nota 14, as compras referem-se ao valor bruto do gás natural adquirido integralmente da Petróleo Brasileiro S.A
- (ii) Mensalmente a Companhia realiza o reembolso de pessoal por meio de nota de débito.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração e do Conselho Fiscal

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros de Administração, Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Técnico-Comercial e Diretor de Assuntos Regulatórios. A remuneração para esses membros, somada à remuneração dos Conselheiros Fiscais, totalizou nos períodos R\$ 1.357 (R\$ 1.690 em 30 de setembro de 2020).

19 Receita de vendas

As receitas pelas vendas para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2020 à 30/09/2020
Receita pela venda de gás	285.545	647.093	141.182	410.009
Receita pela prestação de serviço	17	37	1	19
Receita de construção de infraestrutura	8.947	17.120	4.568	11.464
Deduções:				
ICMS	(43.376)	(97.878)	(19.941)	(60.263)
PIS	(4.126)	(9.295)	(1.688)	(6.015)
COFINS	(19.010)	(42.816)	(7.773)	(27.706)
	<u>227.997</u>	<u>514.261</u>	<u>116.349</u>	<u>327.508</u>

20 Despesas operacionais

a. Por natureza

	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2020 à 30/09/2020
Custo das vendas de gás				
Custo do gás	(166.455)	(353.937)	(76.526)	(219.762)
Depreciação e amortização	(7.311)	(20.559)	(6.729)	(19.691)
Pessoal	(2.260)	(6.137)	(1.982)	(5.880)
Serviços de terceiros	(1.345)	(4.708)	(1.916)	(5.546)
Despesas gerais	(663)	(1.861)	(498)	(1.284)
Provisão participação no resultado	(130)	(362)	(75)	(260)
Arrendamento e aluguéis	(95)	(301)	(92)	(286)
Utilidades e ocupação	(59)	(193)	(47)	(177)
	<u>(178.318)</u>	<u>(388.058)</u>	<u>(87.865)</u>	<u>(252.886)</u>
Custo de construção de infraestrutura	<u>(8.947)</u>	<u>(17.120)</u>	<u>(4.568)</u>	<u>(11.464)</u>
	<u>(8.947)</u>	<u>(17.120)</u>	<u>(4.568)</u>	<u>(11.464)</u>
Despesas comerciais				
Serviços de terceiros	(1.532)	(4.096)	(1.193)	(4.027)
Pessoal	(1.150)	(3.129)	(959)	(2.851)
Utilidades e ocupação	(86)	(258)	(66)	(221)
Arrendamento e aluguéis	(65)	(220)	(67)	(213)
Despesas gerais	(73)	(224)	(48)	(169)
Provisão participação no resultado	(75)	(203)	(50)	(121)
Outras	(19)	(45)	(2)	(50)
Provisão (reversões) para perdas estimadas com créditos	(1.525)	(1.292)	47	55
	<u>(4.525)</u>	<u>(9.467)</u>	<u>(2.338)</u>	<u>(7.597)</u>

Despesas administrativas				
Pessoal	(3.144)	(8.473)	(2.987)	(8.555)
Constituição/reversão de provisões de contingências fiscal/ trabalhista/administrativa	-	-	81	277
Administradores e Conselho Fiscal	(363)	(1.372)	(498)	(1.690)
Depreciação	(516)	(1.549)	(619)	(1.852)
Serviços de terceiros	(440)	(1.417)	(573)	(1.560)
Taxa de fiscalização	(736)	(2.208)	(574)	(1.723)
Utilidades e ocupação	(682)	(1.660)	(692)	(1.759)
Despesas gerais	(198)	(554)	(199)	(686)
Provisão participação no resultado	(177)	(505)	(96)	(300)
Arrendamento e aluguéis	(109)	(331)	(107)	(363)
Provisão contrato de suprimentos de gás (penalidade)	(155)	(377)	-	(533)
Outras	(50)	(72)	(15)	(190)
	<u>(6.570)</u>	<u>(18.518)</u>	<u>(6.279)</u>	<u>(18.934)</u>

b. Outras despesas (receitas)

	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2020 à 30/09/2020
Receitas - multas contratuais	281	1.169	-	132
Provisão baixa de ativos	-	(11)	-	-
Reconhecimento de saldo de conta gráfica – ativo regulatório – saldo de exercícios anteriores –8	-	-	-	32.574
Outras provisões	-	(10)	-	-
	<u>281</u>	<u>1.148</u>	<u>-</u>	<u>32.706</u>

21 Resultado Financeiro

	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2020 à 30/09/2020
Despesas financeiras				
Juros	(92)	(323)	(57)	(440)
Ajuste a valor presente arrendamento	(73)	(187)	(73)	(162)
Atualização monetária das contingências	-	-	-	(29)
Atualização do ativo regulatório	-	(184)	-	-
	<u>(165)</u>	<u>(694)</u>	<u>(130)</u>	<u>(631)</u>

Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	1.521	3.150	714	2.850
Remuneração sobre os bens da concessão a serem indenizados	2.138	6.286	1.973	5.687
Atualização do ativo regulatório	409	706	170	4.145
Outras receitas financeiras	147	593	302	751
	<u>4.215</u>	<u>10.735</u>	<u>3.159</u>	<u>13.433</u>
Variações monetárias líquidas				
Variações monetárias ativas - atualização de processos	13	34	-	-
Variações monetárias passivas - atualização de dividendos	-	(383)	(124)	(540)
	<u>13</u>	<u>(349)</u>	<u>(124)</u>	<u>(540)</u>

22 Compromissos

Compromisso de compra de gás natural

A Companhia tem firmado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, o contrato firme inflexível de compra de gás natural que estabelece compromisso de retirada de volumes de gás natural fixado em um percentual da quantidade de volume contratado conforme mencionado na Nota explicativa nº 14.

23 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Ramos	Limite Máximo de Indenização
Responsabilidade Civil	5.000
Empresarial multiriscos	6.917

24 Lucro por ação

a. Básico

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2020 à 30/09/2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	22.368	60.871	11.953	54.145
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício (lotes de mil)	<u>462.481</u>	<u>462.481</u>	<u>462.481</u>	<u>462.481</u>
Lucro básico e diluído por ação - em reais	<u>0,05</u>	<u>0,13</u>	<u>0,03</u>	<u>0,12</u>

b. Diluído

A Companhia não possui nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o resultado por ação.

25 Principais transações que não envolvem caixa

Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa, como por exemplo a aquisição de ativos pela assunção direta do passivo respectivo. Abaixo demonstrativo das aquisições:

	30/09/2021	30/09/2020
Aquisições do Intangível e Imobilizado	17.120	11.479
Aquisições do Intangível - Em aberto	(1.804)	(2.810)
	<u>15.316</u>	<u>8.669</u>

* * *

Composição da Diretoria

Alex Sandro Gasparetto
Vitor Hill de Oliveira Alves Pessoa

Contador

Paulo França dos Santos
CRC 1SP201480/O-7